



**Ata da Reunião Ordinária Pública  
da Câmara Municipal do Concelho  
de Figueira Castelo Rodrigo,  
realizada no trinta de novembro de  
dois mil e quinze.**

----- Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, pelas dez horas e treze minutos, neste edifício dos Paços do Município, comigo, Liliana Freitas Fareleira Rebelo, Assistente Técnica deste Município, compareceram os Srs. Dr.º Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara, Eng.º Nelson Rebolho Bolota, Vice-Presidente, a Senhora Dr.ª Sandra Monique Beato Pereira, Dr.º António Alberto Raposo Morgado e o Sr.º Carlos Manuel Martins Condesso, Vereadores Efetivos, para a realização de uma reunião ordinária pública. -----

----- **Antes da Ordem do Dia**-----

----- O Sr. Presidente da Câmara deu início à reunião, saudando e agradecendo a presença de todos os membros presentes e restante público. -----

----- No período antes da ordem do dia: O Sr. Presidente começou por referir alguns aspetos, nomeadamente que a iniciativa do Borrego da Marofa correu de uma forma muito satisfatória, tendo em conta que houve uma grande adesão de participantes vindos de fora do concelho, sendo certo que também houve munícipes do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo que participaram. Foi uma iniciativa bastante positiva tal como o retorno para a restauração e alojamento. Às adegas cooperativas que participaram os nossos parabéns. Neste sentido o Sr.º Presidente disse que foi um evento que marcou a diferença. Celebrou um protocolo de parceria com umas das grandes freguesias da cidade do Porto (freguesia de Madalena), que estiveram presentes neste evento e ficaram bastante satisfeitos com a iniciativa, afirmando que voltariam nas Festas da Amendoeira em Flor. -----

----- Em segundo lugar o Sr.º Presidente pediu autorização aos senhores vereadores, para se incluir mais quatro processos, respeitantes aos licenciamentos. Considerando a urgência em deliberar sobre a presente matéria e considerando que alguns processos, concretamente quatro, não deram entrada a tempo de serem tratados, processados e agendados, propõe ao abrigo do art. 50.º n.º 2 do anexo da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a inclusão dos mesmos na ordem do dia e sua consequente deliberação.

----- “Considerando que o Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro (RERAE) estabeleceu, com carácter extraordinário, o Regime de Regularização de Alteração e/ou Ampliação de estabelecimentos e explorações de atividades industriais e pecuárias, que apresentem situação de desconformidade com os instrumentos de gestão

territorial vinculativos dos particulares, com servidões administrativas ou com restrições de utilidade pública, como será o caso do PDM, da RAN e REN e do Parque Natural do Douro Internacional, por exemplo;

Considerando que a impossibilidade de regularização ou o licenciamento das alterações pretendidas pode inviabilizar a concretização de projetos de investimento e de criação/manutenção de emprego no concelho;

Considerando ainda que os pedidos de regularização das atividades económicas são apresentados às entidades coordenadoras ou licenciadoras (no caso das explorações pecuárias será a DRAP a entidade licenciadora), e que quando esteja em causa desconformidade da localização com os instrumentos de gestão territorial, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, devem ser instruídos com a deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização das atividades económicas, emitida pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal;

Considerando que deram entrada 97 requerimentos, a pedir de reconhecimento de interesse público municipal na regularização da sua exploração pecuária ou industrial (96 + 1 respetivamente);

Ponderados os interesses económicos, sociais e ambientais em presença, designadamente a criação/manutenção de postos de trabalho, bem como o equilíbrio financeiro do agregado familiar, evitando por outro lado, o abandono das propriedades afetas à exploração;

Considerando o impacto positivo, que poderá advir da regularização desta exploração pecuária para o desenvolvimento económico e social do concelho;

Nestes termos, por todo o exposto, tenho a honra de propor à Câmara Municipal que delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o Reconhecimento do Interesse Público Municipal na regularização das 97 atividades, tendo por base os fundamentos de facto e de direito constantes no processo, nos termos do disposto no artigo 5º nº 4 da alínea a) do RERAE.”

Mais propôs, que por razões de ordem pratica e economia de tempo sejam votadas em bloco. -----

----- Disse ainda o Sr.º Presidente que o Município no dia seguinte irá assinar um Protocolo, que na sua perspectiva é um Protocolo importante para as empresas e instituições do concelho, com a Caixa Geral de Depósitos, no sentido de se darem condições de financiamento mais favoráveis, condições de crédito também e outras condições de promoção onde poderão participar com algumas ofertas de promoções ou participar em eventos promovidos pelo Município. Sendo certo que é um Protocolo de importância para o concelho e empresas. Disse ainda o Sr.º Presidente que só lhe foi dado conta deste Protocolo na quinta-feira ao final do dia, sendo impossível inclui-lo na Ordem do Dia. Porém por motivos da parte da CGD, só foi possível agendar a assinatura do Protocolo para o dia de amanhã. Neste sentido entregou aos senhores vereadores o referido Protocolo. -----

----- Tomou a palavra a Sr.ª Vereadora Dr.ª Sandra Monique Beato Pereira, que face ao evento do Festival do Borrego da Marofa, que mereceu já em outras ocasiões o seu apoio e o seu elogio, mas que este ano os “ecos” que lhes têm suado são diferentes. Apesar de que no fim-de-semana passado ter

estado presente um grupo, (por ocasião do protocolo assinado com as freguesias da área metropolitana do Porto), que gerou alguma dinâmica no sábado. Mas constataram que este ano, e uma vez que o Sr.º Presidente aumentou a despesa com este evento, e que contratou um grupo e fez o evento no pavilhão dos desportos, onde quase ninguém assistiu ao contrário do que era espetável, mas é um evento direccionado para a nossa realidade. Efetivamente houve alguns restaurantes que também no último fim-de-semana se queixaram, que tinham sido alertados que a afluência de gente seria num número igual ao fim-de-semana anterior e efetivamente tiveram que deitar fora parte da comida que sobrou. Chamou a atenção, que estas situações têm que ser pensadas e têm que ser à escala e não podem aumentar custos significativos para depois não terem os correspondentes proveitos. -----

----- Disse ainda a Senhora Vereadora que a comunicação do Município é fundamental e chamou a atenção para um ponto. Na semana passada no Facebook colocaram, no dia vinte e três, que naquele dia se comemorava o “Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres”, sendo que esse dia seria no dia vinte e cinco, havendo, pois, uma manifesta contradição, e que existia um gabinete de apoio na Guarda para mulheres vítimas de violência. Efetivamente a Câmara Municipal tem atribuições neste âmbito, atribuições essas que são importantes, pois para além da Câmara também temos outras entidades no concelho como por exemplo a GNR, Ministério Público, CPCJ, não se compreendendo o porquê de no Facebook terem esta chamada de atenção que se comemora este dia e que efectivamente só se comemorava no dia vinte e cinco, dizendo para as pessoas se dirigirem à Guarda a um gabinete. Disse ainda, que a maior parte destas pessoas não tem possibilidades para se dirigirem a Guarda, muito menos quando são vítimas de algum tipo de violência. Referiu que todos temos obrigação de ajudar estas pessoas e que tenham algum cuidado nesta comunicação. -----

----- Solicitou a Sr.ª Vereadora o parecer das entidades competentes relativamente ao Seguro de Saúde Municipal. Em outras alturas o S.º Presidente referiu que este parecer existe, (onde crê que não deve existir), pois se existisse já o teria apresentado, existe uma falha gravíssima porque o Seguro de Saúde está a ser implementado já há diversos meses, e não conseguem junto com as entidades competentes uma resposta neste sentido... -----

----- Colocou uma questão ao Sr.º Presidente, o porquê do atraso da entrega dos produtos do FEAC (Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas mais Carenciadas). Alegando que as pessoas questionam, pois normalmente as entregas são feitas mais cedo, perguntou então porque é que existe este atraso ou se este ano não foram feitas candidaturas? -----

----- Referiu-se, ainda, a Senhora Vereadora em relação às IPSS do concelho. Já foram deliberados várias vezes apoios, mas nunca lhes foi apresentado algum apoio para a IPSS com mais visibilidade no concelho, que é a Fundação D. Ana Paula, a qual o Sr.º Presidente preside. Esta IPSS sempre se debateu com vários problemas financeiros, é uma entidade com vários postos de trabalho e que dificilmente estas

peessoas conseguirão arranjar trabalho em outros locais, devido às suas idades, mas saber o porquê de nunca ter sido dado algum apoio financeiro? Só se a Instituição não carecer de algum apoio ou se está de boas contas e que com os seus próprios meios conseguem fazer face as despesas que costumava ter. Disse que gostaria que o Sr. Presidente não descorasse a gestão desta casa. -----

----- Tomou a palavra o Sr. Vereador Carlos Manuel Martins Condesso, saudando o executivo e restante público. -----

----- O Sr.º Vereador começou por expressar a sua opinião acerca do Evento do Festival do Borrego da Marofa, sendo uma iniciativa louvável. Tem por base a divulgação de um produto que é da Terra, faz parte da nossa história e tradição, onde pretendem cativar fluxos turísticos. Sendo que ainda é escasso, mas pelo menos em dois fins-de-semana Figueira de Castelo Rodrigo dinamiza a economia local. Disse que neste sentido estes eventos só terão bons resultados se houver um bom planeamento, uma boa organização e um bom acompanhamento no terreno. Tal como já tinha dito a sua colega a Sr.ª Vereadora Dr.ª Sandra, houve algumas queixas, quer da parte de quem veio participar como da parte de alguns restaurantes. Não quer dizer que o evento não correu bem, mas quer deixar alguns contributos para que no futuro o evento corra ainda melhor. Referiu o Sr.º Vereador que houve pessoas que se queixaram do frio que passaram nas adegas cooperativas, sendo certo que foi uma excelente ideia, pois para além de se mostrar o produto (Borrego) também se divulgou um produto de excelência: o nosso vinho. Pois Figueira está num nível superior de produtores que engarrafam vinho. Disse ao Sr.º Presidente que faltaram os pormenores, pois os pormenores fazem a diferença. Quando se tenta cativar pessoas vindas de fora do concelho e essas mesmas chegam e não são bem acolhidas, (nomeadamente em relação ao frio que passaram nas adegas), pede-se uma especial atenção para estas questões. Em relação aos restaurantes, disse o Sr.º Vereador, que tem que haver uma maior coordenação na previsão de pessoas, coordenando com os convites que o Município faz, pois ao invés de estes terem lucro poderão vir a ter prejuízos. -----

----- Mais disse que poderiam apostar no mercado para “além fronteiras”, uma vez que temos o mercado ao lado (Espanha), mercado este com milhares de pessoas, (Salamanca, Cidade Rodrigo, Vitigudino, etc.). Seria bom no futuro, para o executivo e concelho, se se cativasse esse público-alvo. Este evento “tem pernas para andar”, e é melhor ter este do que nenhum. Referiu também que no passado existiam eventos que já eram uma referência no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, neste momento já não acontecem porque o Sr.º Presidente assim o decidiu, existia o campeonato Mundial de Moto Náutica; desfiles de Moda que se concretizavam no Palácio de Castelo Rodrigo, e com qualidade, mas na falta de mais eventos, este satisfaz e como se diz “agarrem-se com unhas e dentes”, pois atrairá pessoas para o concelho e para a economia local. -----

----- O Sr.º Vereador questionou o Sr.º Presidente sobre o número de pessoas que estão inseridas nos

Contratos de Inserção Emprego para subsidiados e carenciados? Qual o número de pessoas, quer na Câmara quer na Fundação Ana Paula? Quais os fundos disponíveis à data de hoje do Município de Figueira de Castelo Rodrigo e qual o prazo médio de pagamentos que o Município está a praticar? Solicitou ainda informação relativamente aos pagamentos das indemnizações aos funcionários despedidos da Empresa Municipal. Disse que sabia de um caso, que a indemnização não foi contabilizado corretamente, pela extinção da Empresa Municipal e conseqüente despedimento, e que a pessoa em causa ainda não tinha recebido todas as verbas. Neste sentido gostaria de saber se se confirma e se há mais pessoas nesta situação? Para além do sofrimento que estas pessoas tiveram em serem despedidas, e a sua vida económica ter sido colocada em causa, ainda não terem recebido os valores a que têm direito por lei.-----

----- Solicitou ainda o Sr.º Vereador ao Sr.º Presidente um relatório dos eventos que foram aprovando ao longo das reuniões, (Feira da Agricultura e, oportunamente, o do Festival do Borrego), no sentido de se saber se os dinheiros que saem dos cofres do Município foram aplicados e quais os resultados. -

----- Questionou ainda ao Sr.º Presidente e ao Sr.º Vice-presidente o porquê de no site da Câmara só constarem as informações sobre o Sr.º Presidente e o Sr.º Vice-Presidente e não constarem os restantes vereadores. Sabe que é uma coisa simples, mas que é as coisas simples que se vê a disponibilidade. Disse que espera que não seja por mal, mas fica bem colocar lá as fotografias de todo o elenco camarário e executivo. Disse ainda que parece que estão a tentar apagar a imagem de quem já por aqui passou. Em tempo oportuno ele próprio enviou uma fotografia sua para constar da página, não sendo uma questão de vaidade pessoal nem de fotografia mas sim uma questão de serem tratados todos por igual uma vez que pertencem todos ao órgão executivo. Disse, para publicarem a informação autárquica em tempo útil, pois a imagem é o que se comunica e este site muitas vezes é demorado demais para prestar informações aos munícipes, nomeadamente na questão das atas, que têm que ser publicas e que informam os munícipes daquilo que decorre nestas reuniões.-----

----- Tomou a palavra o Sr.º Vereador Dr.º António Alberto Raposo Morgado, fazendo a seguinte intervenção: -----

----- “Sr. Presidente, Os figueirenses devem andar um pouco preocupados com o discurso adotado por V. Exa. nos últimos tempos, segundo o qual, a época do “betão” já terminou e agora, o que é preciso é **cuidar das pessoas**.

Sr. Presidente, Não deve haver aqui ninguém que não esteja interessado em **cuidar das pessoas!** Mas, quais pessoas? Os idosos (31 % da população do Concelho)? A população ativa (57 % do total)? Ou jovens (11 % do total)?

A economia social desempenha, hoje, nos territórios de baixa densidade do interior, um papel insubstituível, tanto no apoio aos idosos e às populações mais desfavorecidas, como na geração de

dinâmicas socioeconómicas positivas, geradoras de emprego e riqueza. Basta olharmos para a recente entrada em funcionamento dos três novos lares de 3.<sup>a</sup> idade do Concelho para constatar-mos que foram criados quase quarenta novos postos de trabalho diretos (fora os empregos indiretos que poderão vir a ser gerados por esta nova dinâmica socioeconómica no Concelho). Contudo, o impacto da economia social nestes territórios também tem os seus limites. Com efeito, as estatísticas mostram-nos que a **esperança média de vida dos portugueses é de 83 anos, para as mulheres e de 77,2 anos, para os homens**. Logo, pela lei natural da vida, é expectável que, daqui a vinte anos, uma parte desta população com mais de 65 anos já cá não esteja, facto que poderá provocar uma redução até 30 % na população do Concelho.

Por outro lado, uma parte dos efetivos da nossa atual população ativa, constituirá, no futuro, a população com mais de 65 anos. Contudo, dada a falta de oportunidades de emprego existente no Concelho, se nada for feito em contrário, é muito provável que, nessa altura, uma parte da atual população ativa tenha saído do Concelho.

No que diz respeito aos atuais efetivos jovens (com menos de 15 anos), é provável que, daqui a vinte anos, estejam todos fora do Concelho (estamos a falar de 11 % da população!). Sr. Presidente, A análise demográfica diz-nos que a população de um determinado país (cidade, vila, local, etc.), no dia 1 de janeiro de um determinado ano (ano II), é calculada com base no efetivo populacional referente a 1 de janeiro do ano anterior (o ano I), aumentada do número de nascimentos e do número de entradas no Concelho (durante o ano I) e diminuída do número de óbitos e do número de saídas do Concelho (durante o ano I). Segundo os dados estatísticos da PORDATA, em 2013, viviam no Concelho de Figueira de Castelo Rodrigo 6118 habitantes. Nesse mesmo ano, nasceram, 46 crianças e morreram 130 pessoas. Logo, o **saldo natural** (nascimentos – óbitos) foi de – **84**.

Por conseguinte, em 2014, o Concelho já tinha menos 84 habitantes (6032 habitantes) do que no ano anterior (em 2013). É provável que, durante o atual ano, o Concelho perda, pelo menos, mais 84 habitantes (5950 habitantes). Deste modo, entrando apenas em conta com o saldo natural, se perdermos, em média, 84 pessoas por ano, e se nada for feito para inverter esta tendência, é provável que, daqui a 50 anos, o Concelho tenha menos de 1750 habitantes e, daqui a 80 anos esta terra será um deserto!

Mas, a realidade demográfica do Concelho é ainda mais séria. Infelizmente, muitos dos nossos jovens e mesmo parte da nossa população ativa, são obrigados a abandonar, todos os anos, o concelho para irem à procura de emprego noutras paragens. Deste modo, se entrarmos com **saldo migratório** (entradas – saídas), então a realidade do Concelho, em termos demográficos, é ainda mais grave.

Por conseguinte, Sr. Presidente, se a sua ação governativa se limitar a “**cuidar das pessoas**”, como tem andado a apregoar nos últimos tempos, e não adotar medidas adicionais, nomeadamente, políticas pró-ativas de atração de investimento produtivo e de empresas para o Concelho, de modo a que seja possível

criar empregos e fixar cá pessoas, daqui a vinte anos teremos cá muito poucas pessoas para cuidar! Mas, o Sr. já não estará cá para ver isso!

Por conseguinte, é fácil de perceber que, para inverter esta tendência regressiva que está a asfixiar o Concelho e garantir o seu futuro, a estratégia de desenvolvimento do Concelho não poderá depender **apenas** das **políticas de coesão social e apoio às populações mais desfavorecidas**. Com efeito, só através da prossecução de políticas ativas direcionadas para a **promoção do crescimento económico e a geração de emprego e riqueza** será possível **redistribuir essa riqueza pelos mais desfavorecidos**.

Deste modo, se não se promover a dinamização da atividade económica do Concelho, nomeadamente, através da realização de obras no âmbito da regeneração urbana, da reabilitação do edificado e da mobilidade, então **quem é que vai dar emprego às pessoas que cá vivem? É o município? Bem podem vir empregos na Câmara Municipal para tanta gente necessitada!**

Sr. Presidente, Os beirões estão habituados a arregaçar as mangas nas épocas de maiores dificuldades e a fazerem eles mesmos o que tem de ser feito, não esperando que outros o façam por eles. Contudo, a geração da confiança necessária para a atração da iniciativa privada depende da existência de lideranças fortes e determinadas.

Já o nosso ilustre poeta, Luís Vaz de Camões, reconhecia, no longínquo séc. XVI (em 1572), no seu livro épico “*Os Lusíadas*”, que “... **um fraco Rei faz fraca a forte gente**” (Canto III, estrofe 138).”

----- Tomou a palavra o Sr.º Presidente para responder e esclarecer as questões formuladas pelos Senhores Vereadores: -----

----- Quanto a questão do site da Câmara e falha que houve em relação à data do “Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres”, o Sr.º Presidente disse que não seria para encaminhar a população para a Guarda, uma vez que o concelho tem meios para ajudar a população neste sentido, mas disse que iria reler o texto e verificar a situação.-----

----- No que respeita ao Seguro de Saúde Municipal, o Sr.º Presidente disse que já tinha pedido ao seu gabinete de apoio, para que fosse solicitado o parecer à CCDRC, relativamente a esta questão. Por outro lado disse que os senhores vereadores sabiam que houve um parecer com um professor, onde dizia que não havia problema de inconstitucionalidade, nem nenhum problema em termos legais para a concretização do Seguro de Saúde Municipal, sendo que ele próprio elogiava a iniciativa, que era pró-ativa e pioneira, em favor das populações. Neste sentido o Sr.º Presidente diz que já não irá pedir novamente este parecer, uma vez é que extemporâneo e o Seguro de Saúde já está a decorrer.-----

----- O Sr.º Presidente respondeu ao Sr.º Vereador Carlos Condesso, no que diz respeito ao Borrego da Marofa e como referiu que é louvável mas que teve algumas falhas... admite o Sr.º Presidente que sim, sendo que é uma iniciativa pioneira e que se aprende com os erros. Mais disse que para a próxima já irão ter mais cuidado nomeadamente na parte do aquecimento nas adegas cooperativas.-----

----- No que concerne ao número de pessoas inseridas nos Contratos de Inserção Emprego, o Sr.º Presidente disse que não tinha a certeza do número de pessoas em concreto, mas que iria averiguar a situação e levar à próxima reunião de Câmara. Bem como também irá levar na próxima reunião os valores dos custos dos Eventos já referidos -----

----- Quanto aos prazos médios de pagamentos, a 30 de setembro de 2015 era de 103 dias, mais informará no final de dezembro. -----

----- Disse também que em relação às fotografias, ainda não tinha dado conta dessa situação mas que iria dar ordens para se colocarem, as dos restantes membros do executivo. -----

----- Para responder à questão levantada pelo Sr.º Vereador Dr.º António, em relação em “cuidar das pessoas”, o Sr.º Presidente disse que é uma questão pertinente e preocupante e que efetivamente têm que estar despertos e atentos uma vez que é uma situação de facto preocupante. Neste sentido disse que não pode deixar de cuidar das pessoas do concelho. No que diz respeito às obras o Sr.º Presidente adiantou que nunca disse que não se iriam fazer obras e sim que não se faria obras megalómanas, apenas obras necessárias e úteis para os munícipes. Em concreto o Centro de Dia na sede do concelho será uma obra feita pois é primordial para o desenvolvimento do concelho, neste sentido disse que há mais obras que têm que ser feitas, como por exemplo o Centro Interpretativo da Batalha de Castelo Rodrigo sendo importantíssimo para o concelho, para gerar dinâmicas de atracção de pessoas; visitantes; e algum investimento no domínio do turismo. Mais disse que aceita sugestões da parte dos senhores vereadores, no que respeita a investimento para o concelho. -----

----- Neste momento o Sr.º Vereador e o Sr.º Presidente trocam argumentos e palavras, ainda sobre “cuidar das pessoas”. -----

----- Questionou novamente a Sr.ª Vereadora em relação aos produtos do FEAC (Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas mais Carenciadas)? -----

----- Tomou a palavra o Sr.º Vice-Presidente para responder a Senhora Vereadora: Disse que os produtos estão disponíveis para entrega e só estão a espera que chegue o azeite. -----

----- Retomou a palavra o Sr.º Presidente para dizer que em relação à Fundação D. Ana Paula, que esta não está de todo em desafogo financeiro e que futuramente submeterão uma proposta neste sentido.

----- Entreviu o Sr.º Vereador Carlos Condesso para perguntar novamente sobre as questões que já anteriormente lhe foram colocadas: “indenização dos funcionários da Empresa Municipal”; “os fundos disponíveis”; disse também que acha muito estranho, tendo o Sr.º Presidente a gestão do pessoal deste Município, não saber quantos contratos de inserção de emprego tem neste momento, sabendo que são muitos, mas que lhe poderia dar um número aproximado... -----

----- Disse o Sr.º Presidente que não sabe o número em concreto, mas é aproximadamente entre os 40 ou 50, e que se orgulha em os ter a trabalhar neste Município. -----

----- O Sr.º Vereador Carlos Condesso disse que espera que este não seja o emprego que o Sr.º Presidente prometeu aos figueirenses há dois anos atrás. Neste sentido mais disse, que o Sr.º Presidente está a criar expetativas com estes Programas Ocupacionais. Certo será que não pode colocar estas pessoas no quadro de pessoal da Câmara, seria melhor criar postos de trabalho no setor privado resolvendo assim a questão do emprego em Figueira de Castelo Rodrigo. Também disse que o desemprego em Figueira está a aumentar, as necessidades são muitas, os tempos que se vivem não são os melhores, mas enquanto estas pessoas estiverem nestes contratos estarão sempre com a expetativa de ficarem a trabalhar no Município de Figueira de Castelo Rodrigo. Ainda sobre o assunto o Sr.º Vereador disse que estas pessoas não estão a descontar para a Segurança Social, não estão a procura de trabalho. Neste sentido pediu ao Sr.º Presidente que tivesse mais cuidado em não encher a Câmara Municipal com estes contratos. Repetiu, novamente, o Sr.º Vereador que espera mesmo que este não seja o “tal emprego” e a “tal Mudança” que o Senhor Presidente prometeu aos figueirenses. -----

----- Relativamente a este assunto o Sr.º Presidente disse que não se cria expetativas a estas pessoas pois quando se apresentam para começar a exercer as suas funções, tem o cuidado se falar com elas e explicar-lhes que a durabilidade máxima destes contratos é de um ano, mais disse que é preferível estas pessoas terem algum rendimento do que não terem rendimento nenhum. Parecendo-lhe que fica com a sensação que os senhores vereadores preferiam que estas pessoas estivessem no desemprego, apenas limitadas a este subsídio ou muito deles sem nada, do que tê-los aqui incluídos neste Município.---

----- No que diz respeito às indemnizações dos funcionários da Empresa Municipal, o Sr.º Presidente disse que houve de facto um engano com dois funcionários, um foi na data de admissão do trabalhador e o outro foi mal calculado em número de dias. -----

----- Tomou a palavra o Sr.º Vice-Presidente manifestando o seu desagrado com os senhores vereadores. Disse que ao longo de varias reuniões têm-se vindo a abordar assuntos quase sempre repetidos. Explicando que os senhores vereadores estão sempre insatisfeitos com este executivo, nomeadamente que só agora é que se faz tudo mal, que antigamente é que estava sempre tudo bem organizado, que só agora é que havia POC's...mas que antigamente também havia isto tudo... Mas este executivo conseguiu recuperar as a Amendoeira em Flor, Festas de Verão estão melhor que nunca. Mais disse que as dificuldades que o anterior executivo passou são as mesmas dificuldades que este executivo tem, fazendo sempre o melhor por Figueira de Castelo Rodrigo. Disse ainda aos senhores vereadores para terem todos “juizinho” e “tininho” com aquilo que se diz pois é muito importante e que não é só dizerem que era antigamente que estava sempre tudo bem, porque efetivamente existem coisas que se melhoraram de antigamente para a atualidade, mas o que é certo, é que as pessoas que estão neste executivo estão a fazer o melhor por Figueira. Referiu para se colocarem com “politiquices” a parte e a sede do poder para passar para trás, pois a única coisa que se devem preocupar é com a população do

concelho de Figueira de Castelo Rodrigo. O Sr.º Vice-Presidente disse que está neste executivo por Figueira. -----

----- Tomou a palavra a Sr.ª Vereadora para responder ao Sr.º Vice-Presidente em relação ao assunto, e aquando lhes disse para terem “tininho” e “juizinho”, que foi uma intervenção péssima, uma vez que estão reunidos quinzenalmente (a tal chamada oposição), para darem os seus contributos... mais disse: que chegar à reunião e ouvir o Sr.º Vice-Presidente dizer que está farto de os ouvir... causa-lhe alguma mágoa e tristeza e se não conseguem ouvir com humildade e receber as suas propostas, de facto não sabe quem é que realmente está com falta de tininho... disse que tinha que haver respeito uns pelos outros e saber ouvir as opiniões de todos, saber aceitar as críticas e não estar só à espera dos aplausos, mas também quando há críticas e reparos a fazer, não quer dizer que vossas excelências estão a fazer tudo mal, mas é para isso que serve a oposição, para os alertar do que o povo lhes leva, mas se não querem ouvir a voz do povo... -----

----- Neste momento a Sr.ª Vereadora e o Sr.º Vice-Presidente trocam argumentos sobre este assunto, e o Sr.º Vice-Presidente aproveita para pedir desculpa aos senhores vereadores se de alguma forma se excedeu pelas palavras de desabafo que teve.-----

----- Tomou a palavra o Sr.º Vereador Carlos Condesso, levantando-se e dizendo que esta casa merece elevação. Lamenta as palavras que o Sr.º Vice-Presidente ali disse, reconhecendo que este mesmo também teve humildade suficiente para pedir desculpa perante todos os elementos da vereação. Disse ao Sr.º Vice-presidente que estão ali para contribuir com o seu saber, a sua humildade e para o bem da população de Figueira de Castelo Rodrigo e não para discutir “politiqices” uma vez que existe esse tempo na campanha eleitoral. Estão ali para cumprir com as suas obrigações e honrar as pessoas que neles votaram. Neste sentido disse que falta de “tininho” e “juizinho” felizmente não tem e que nunca na sua vida política e pública alguma vez teve falta de “tininho” e “juizinho” sendo reconhecido por todos os figueirenses. Ainda mais disse que como o executivo sabia, esteve nesta casa com outras funções e que sempre respeitou e sempre foi respeitado, pedindo que no futuro tenham mais elevação e cuidado com aquilo que se diz. Usou das palavras da Sr.ª Vereadora para dizer que pertencem a este executivo, que trazem as preocupações da população (que são muitas), e se as trazem é para que no futuro possam agir de forma diferente e que corra tudo da melhor forma. Ainda disse ao Sr.º Vice-Presidente que se está aqui por Figueira ele também está, esteve e estará sempre por Figueira e para que os figueirenses tenham um bom presente e um melhor futuro. Honrará sempre o concelho de Figueira de Castelo Rodrigo e contribuirá sempre para que haja elevação nesta casa e para que as reuniões corram bem. Mais disse que não compreende o nervosismo do Sr.º Vice-Presidente e que só compreenderia se o trabalho do município não estivesse a correr da melhor forma. Estas preocupações que os senhores têm não se combatem com deselegância e falta de humildade e sim com trabalho e competência. Mais uma vez

disse que era lamentável a sua intervenção reconhecendo que teve a humildade de pedir desculpa, e que no futuro haja mais elevação e que seja bem aceites os contributos e intervenções que os senhores vereadores eleitos pelo partido social democrata fazem. -----

----- Tomou a palavra o Sr.º Vice-Presidente para dizer que a sua elevação é sempre mantida não querendo ferir a suscetibilidade de ninguém pois é educado e respeita as pessoas. Referiu ainda que não se pode suscitar tudo o que lhe vai pela cabeça, já que esta é uma casa de Direito e pessoas de bem.

----- Tomou a palavra o Sr.º Vereador António Morgado para se pronunciar sobre este assunto, pois nunca imaginou que o Sr.º Vice-Presidente se excedesse daquela maneira e que é muito forte dizer para terem “juízo”, porque é da vontade de cinco pessoas que o executivo tem, que saem os contributos e ideias ali apresentadas.-----

----- O Sr.º Vice-Presidente disse que a única coisa que ele quer é que este órgão executivo se dê bem.

----- Tomou a palavra o Sr.º Presidente também para se pronunciar sobre este assunto. Disse que o Sr.º Vereador Carlos Condesso referenciou que “existem problemas e que são mais que muito” e que certamente os senhores vereadores também já passaram pelas mesmas dificuldades, também referenciou que “isto se combate com trabalho e competência”, neste sentido questionou o Sr.º Vereador se está a por em causa a competência ou o trabalho deste executivo. Pois se, assim é, estariam a entrar numa situação bem mais complicada do que aquela que acabaram de discutir ou desabafar. Afirmou, o senhor Presidente, que há muito trabalho e empenham-se muito para que houvesse melhorias e que estas se sintam em benefício das pessoas. Mais disse que se têm competências ou não, não compete a Vossa Excelência e sim ao eleitorado avaliar essa competência. Referiu que de facto houve ali um excesso, que não dignifica estas reuniões, estando sempre disponível para críticas construtivas e não destrutivas.

----- Entrevi ainda o Sr.º Vereador Carlos Condesso para que as coisas ficassem bem claras que o que realmente disse foi que era com competência que se combate e não que não havia falta dela, e isto é para todos, mas o que é grave é o que o Sr.º Vice-Presidente disse “que esta não tem sido uma casa de bem”, disse o Sr.º Vereador que não se revê nestas palavras, pois esta casa é, foi, e sempre será uma casa de “bem”, terminando assim.-----

----- De seguida o Sr.º Presidente pediu aos senhores vereadores para votar a inclusão na Ordem do Dia as quatro propostas já anteriormente faladas.-----

----- Tomou a palavra a Sr.ª Vereadora Dr.ª Sandra para referir a legalidade desta inclusão na Ordem do Dia, pois para se poderem incluir o que tem que se votar é o reconhecimento da urgência de incluí-las. Neste sentido questionou o Sr.º Presidente qual é a urgência de ter que as incluir nesta Ordem do Dia sem terem que cometer nenhuma ilegalidade? -----

----- O Sr.º Presidente sintetizou o já referido anteriormente. -----

----- Neste momento o Sr.º Presidente e os senhores vereadores trocam argumentos sobre a “ urgência da inclusão das quatro Propostas”. -----

----- Depois da análise feita todos votaram a favor do reconhecimento da urgência na inclusão destas propostas na Ordem do Dia. -----

#### -----**Ordem do Dia**-----

----- **Disponibilização das Atas da Reunião de Câmara de 30 de outubro e de 13 de novembro para os fins tidos por convenientes;** -----

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Disponibilização das Atas da Reunião de Câmara de 30 de outubro e de 13 de novembro para os fins tidos por convenientes; -----

----- Tomou a palavra o Sr.º Vereador Carlos Condesso agradecendo o fato desta vez terem chegado atempadamente, uma vez que para serem analisadas, têm que ter conhecimento da mesma. O que não tem vindo a acontecer desde que o Sr.º Vereador tomou posse. Passou a fazer alguns reparos sobre este assunto no sentido de demonstrar a imagem que se transparece para o exterior. Uma vez que as reuniões de Câmara são gravadas e por sua vez as atas são transcritas a partir desta, (e compreende o fato da técnica em causa ter mais funções neste Município), disse que havia falta de conteúdo, intervenções, texto e de gramática. Pois é obrigatório constar todas as intervenções nas atas. Neste sentido disse ao Sr.º Presidente que se disponibilizava a ficar no final de reunião com a técnica para se fazer algumas correções. Passou a dar alguns exemplos que acharia por bem serem alteradas. Disse ainda que não queria chegar ao ponto de pedir as gravações e neste momento trocam argumentos e palavras sobre o assunto, nomeadamente que numa ata estavam os nomes dos senhores vereadores todos e que o dele só estava “Carlos”. Depois de trocarem argumentos mais disse que estes documentos são uns dos mais importantes que pode existir e que servem para futura memória. Aconselhou o Sr.º Presidente para colocar a técnica só a fazer este serviço ou alguém a ajuda-la. -----

----- Tomou a palavra o Sr.º Presidente para dizer que esse assunto da ata já tinha sido alterado e que não entendia o porque do Sr.º Vereador estar novamente com esse assunto, e se era por haver publico presente? -----

----- O Sr.º Vereador Carlos Condesso alegou estar a tentar emendar uma coisa pela positiva com o seu trabalho, dar o seu contributo para ajudar. Prontifica-se, por isso, a ajudar a corrigir os erros gramaticais e a ajustar o conteúdo pois a imagem dos cinco é visível na ata. -----

----- O Sr.º Presidente afirma que estão disponíveis as gravações para consulta pelos senhores vereadores. -----

----- O Sr.º Vereador refere que quando lá estiveram tinham duas pessoas a fazer este serviço. Mais uma vez oferece o seu contributo para a elaboração as atas, documentos muito importante que servem para memória futuro. Solicita que na última ata corrijam a sua intervenção no momento que discutiram o

orçamento.-----

----- O Sr.º Presidente referiu que não é intenção ocultar alguma coisa, ao que o Sr.º Vereador Carlos Condesso afirmou não ter dito tal coisa. O Sr.º Presidente afirmou ainda, estar receptivo para qualquer sugestão de melhoria. -----

----- **PROPOSTA N.º 161/2015 – PCM/MANDATO 2013-2017 – Apoio ao funcionamento das escolas do 1.º CEB, Estabelecimentos de Educação Pré-escolar e Componente de Apoio à Família nas IPSS's (Ano lectivo 2014/2015).**-----

----- Adianta o Sr.º Presidente que não considera correto que ele próprio e o Vice-presidente votem na presente proposta uma vez que fazem parte da Direcção da Fundação Ana Paula e que na proposta é esta entidade referida.-----

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta N.º156/2015 – PCM/MANDATO 2013-2017, referente ao Apoio ao funcionamento das escolas do 1.º CEB, Estabelecimentos de Educação Pré-escolar e Componente de Apoio à Família nas IPSS's (Ano lectivo 2014/2015), que a seguir se transcreve:-----

----- Considerando que as Autarquias Locais têm competências na área da educação, nomeadamente nos domínios do apetrechamento e manutenção dos estabelecimentos da educação pré-escolar e do ensino básico previstas no Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;-----

----- Considerando a importância da educação e da formação escolar no desenvolvimento dos sistemas sociais, económicos e culturais do Concelho;-----

----- Considerando a estreita cooperação com a comunidade educativa, como factor imprescindível para melhoria contínua da educação concelhia;-----

----- Nesta senda deverão ser concedidos apoios ao Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo bem como às IPSS's que possuem Jardins de Infância em funcionamento, tendo por base o cálculo dos custos com aquisição de material escolar e outros consumíveis, bem como deverá o Município assumir diretamente o aquecimento;-----

----- **Proponho, com base nestes pressupostos, que sejam atribuídas as seguintes verbas às instituições infra indicadas:** -----

----- A- Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo (Escolas do 1.ºciclo e jardins de Infância): 13.200,00€ -----

----- B- Casa de Freguesia de Escalhão: 2.200,00€ -----

----- C- Fundação Dona Ana Paula: 4.500,00€ -----

----- Mais proponho que, para além desta aprovação da concessão dos apoios financeiros descritos no valor total de 19.900,00€ (dezanove mil e novecentos euros), seja aprovado o fracionamento destes em duas prestações, distribuídas conforme quadro infra: -----

	Agrupamento de Escolas	Casa de Freguesia de Escalhão	Fundação Ana Paula	Total
Dezembro de 2015	1.200,00€	1.000,00€	1.000,00€	3.200,00€
Janeiro de 2016	12.000,00€	1.200,00€	3.500,00€	16.700,00€
<b>Total</b>	<b>13.200,00€</b>	<b>2.200,00€</b>	<b>4.500,00€</b>	<b>19.900,00€</b>

-----A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes-----

----- **PROPOSTA N.º 162/2015 – PCM/MANDATO 2013-2017 - Apoio Social Escolar – Refeições Escolares;**-----

-----Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta N.º162/2015 – PCM/MANDATO 2013-2017, referente ao Apoio Social Escolar – Refeições Escolares, que a seguir se transcreve: -----

----- Considerando que as Autarquias Locais têm competências nas áreas da educação e da ação social, previstas no Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

----- Considerando a importância da educação e da formação escolar no desenvolvimento dos sistemas sociais, económicos e culturais do Concelho;-----

----- Considerando a estreita cooperação com a comunidade educativa, como fator imprescindível para melhoria contínua da educação concelhia;-----

----- Considerando que devem ser concedidos os apoios ao Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo bem como às IPSS´s que possuem Jardins de Infância em funcionamento;-----

----- Considerando ainda que para os cálculos efetuados foi tido em conta o número máximo de alunos inscritos no PGRE para o ano letivo 2105/2016, o preço das refeições (2,62 €/dia para todas as entidades à exceção do Agrupamento de Escolas, cujo valor é de 1,68 €/dia) e os 22 dias úteis por mês;-----

----- **Proponho, com base nestes pressupostos, que sejam atribuídas as seguintes verbas às instituições infra indicadas, no que concerne às refeições escolares:** -----

----- **Pré-escolar**-----

----- A - Fundação Dona Ana Paula: 12.680,80 € -----

----- B – Associação Cultural, Social e de Melhoramentos da Vermiosa: 2.305,60 € -----

----- **1.º Ciclo do Ensino Básico** -----

----- A - Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo: 7.392,00 €-----

----- B - Casa de Freguesia de Escalhão: 11.528,00 € -----

----- C - Fundação Dona Ana Paula: 56.487,20 € -----

----- D - Associação Cultural, Social e de Melhoramentos da Vermiosa: 7.493,20 €-----

----- **Apoio aos lanches (alunos transportados)**-----

----- A - Fundação Dona Ana Paula: 4.092,00 €-----

----- B - Agrupamento de Escolas de Figueira de Castelo Rodrigo: 2.640,00 €-----

----- O Sr. Presidente voltou a referir que não deveria, ele e o Vice-Presidente, votarem a proposta pelas razões atrás expostas. -----

----- Tomando a palavra a Sr.<sup>a</sup> Vereador Dr.<sup>a</sup> Sandra, afirmou que a qualidade de membros da Direção da Fundação lhes foi imposta por um testamento pelo que não lhe choca a votação, até porque a proposta é do Sr.<sup>o</sup> Presidente. -----

----- Decidiu-se por isso, a votação por todos os membros do executivo.-----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

----- **PROPOSTA N.º 163/2015 – PCM/MANDATO 2013-2017 - CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Celebrado entre Município de Figueira de Castelo Rodrigo e a União de Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pêro Martins e Penha de Águia.** -----

----- Pelo Sr.<sup>o</sup> Presidente foi presente à Câmara a Proposta N.º163/2015 – PCM/MANDATO 2013-2017, referente ao CONTRATO INTERADMINISTRATIVO Celebrado entre Município de Figueira de Castelo Rodrigo e a União de Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pêro Martins e Penha de Águia, que a seguir se transcreve:-----

----- Com a entrada em vigor da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, estabelece-se o novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, e fixam-se as competências das Câmaras Municipais que se consideram delegadas nas Juntas de Freguesia, através da denominada delegação legal, prevista no seu artigo 132º;

----- Para além dessas competências, o artigo 131º determina que os municípios podem delegar competências nas freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas. -

----- Considerando, assim: -----

----- A promoção da desconcentração administrativa consagrada no artigo 267º, n.º2 da Constituição da República Portuguesa; -----

----- A promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis; -----

----- O facto do n.º 1 do artigo 120º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, determinar que a delegação de competências dos órgãos dos municípios nos órgãos das juntas de freguesia se concretiza através da celebração de contratos interadministrativos; -----

----- Que tais contratos, nos termos do artigo 115º, *ex vi* artigo 122º do mesmo diploma, devem prever expressamente os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício

das competências delegadas, devendo nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 9º e alínea k) do n.º 1 do artigo 25º, ser aprovados pela Assembleia de Freguesia e pela Assembleia Municipal, respetivamente;

----- Que o Município já havia reconhecido a importância da “Requalificação do Largo da Amoreira” na Freixeda do Torrão e da necessidade da sua concretização, mas tal intento não chegou a ser formalizado por via de contrato interadministrativo;-----

----- Considerando a “ Requalificação do Largo da Amoreira” na Freixeda do Torrão, uma obra que promove a coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional e a melhoria dos serviços prestados às populações, conforme decorre do artigo 118.º daquele diploma legal;-----

----- Considerando que a presente delegação de competências é enquadrável nos princípios que subjazem à delegação de competências, mormente, descentralização, administrativa, da subsidiariedade, da complementaridade, da prossecução do interesse público e da proteção dos direitos e interesses dos cidadãos;-----

----- Considerando o entendimento de que a obra em questão é de interesse, quer para a União de Freguesias, quer para o Município, pois permite reabilitar urbanisticamente uma área central da localidade da Freixeda do Torrão;-----

----- **Desta feita, nestas circunstâncias propõe-se que seja formalizado e celebrado, nos termos das alíneas j) e h), do número 1 e alínea k), do número 2, do artigo 25.º e alínea ccc), do número 1, do artigo 33.º, e artigo 120.º todos do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o presente contrato interadministrativo, que se regerá pelas cláusulas constantes da minuta do contrato que segue em anexo.**-----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

----- **PROPOSTA N.º 164/2015 – PCM/MANDATO 2013-2017 - Alargamento de Horário de Funcionamento;**-----

-----Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta N.º164/2015 – PCM/MANDATO 2013-2017, referente ao Alargamento de Horário de Funcionamento, que se a seguir se transcreve:-----

----- Considerando que nos termos do n.º 2, do artigo 8.º do Regulamento Municipal de Restrição dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais e Prestação de Serviços do Município de Figueira de Castelo Rodrigo, os estabelecimentos podem praticar horários até às quatro da manhã durante os seguintes eventos:-----

----- a)Passagem de ano;-----

----- b)Festas e arraiais;-----

----- c)Outros eventos, fixados por edital aprovado pela Câmara Municipal.-----

----- Considerando que as datas em concreto serão anualmente fixadas por edital aprovado pela

Câmara Municipal. -----  
----- Considerando que o regulamento entrou em vigor a 27 de outubro de 2015, e que por esse motivo a Câmara Municipal ainda não deliberou no sentido de se marcarem os eventos. -----  
----- Considerando que no fim-de-semana em causa tem início o II Festival do Borrego da Marofa para além de ser o fim-de-semana que se segue ao dia de São Martinho que poderia permitir que os estabelecimentos possam estar abertos até às quatro da manhã. -----  
----- Considerando que o assunto em causa não foi passível de agendamento à reunião de Câmara Municipal que antecedeu o evento. -----  
----- Considerando ainda que as duvidas e casos omissos suscitados na aplicação das disposições deste Regulamento serão resolvidos pela Câmara Municipal. -----  
----- Considerando, ainda, que esta reunião será a primeira realizada após a prática do ato em causa, **proponho que se ratifique o assunto em epígrafe ao abrigo do n.º 3, do artigo 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.** -----  
----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----  
----- **PROPOSTA N.º 165/2015 – PCM/MANDATO 2013-2017 - Protocolo Vodafone.** -----  
----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta N.º165/2015 – PCM/MANDATO 2013-2017, referente ao Protocolo Vodafone, que a seguir se transcreve: -----  
----- **Considerando:**-----  
----- Que o **Município de Figueira de Castelo Rodrigo**, enquanto Autarquia Local, tem como atribuições a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios das comunicações e da promoção do desenvolvimento; (*cf. n.º 1 e alíneas c) e m) do n.º 2 do artigo 23º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro*);-----  
----- Que a **Vodafone Portugal – Comunicações Pessoais S.A.**, enquanto sociedade comercial, tem por objeto o estabelecimento, gestão e exploração de infraestruturas, a prestação de serviços de comunicações eletrónicas e o exercício da atividade de televisão, bem como de qualquer atividade complementar ou acessória; -----  
----- A importância da criação e animação de redes de cooperação entre entidades públicas e agentes privados numa estratégia conjunta de desenvolvimento territorial; -----  
----- A importância das tecnologias de informação e comunicação (TIC) como fatores de interesse público e de dinamização da economia digital e da sociedade de informação; -----  
----- Considerando a necessidade de estar o Concelho, na sua totalidade, coberto por sinal que permita o acesso remoto à rede de comunicações eletrónicas (voz e dados); -----  
----- A importância das TIC como fator potenciador da acessibilidade das populações locais aos bens e

serviços endógenos e exógenos; -----  
----- Os potenciais efeitos resultantes de soluções inovadoras de acesso a redes móveis em territórios de baixa densidade populacional;-----

----- Os interesses dos ora outorgantes no desenvolvimento das condições de acessibilidade e disponibilização de serviços de comunicações eletrónicas; -----

----- Que a Vodafone foi confrontada com um pedido de cobertura ou reforço de cobertura em determinadas zonas geográficas do Município de Figueira Castelo Rodrigo e que pretende implementar um projeto que possa dar resposta ao desafio proposto, com recurso a equipamentos designados por *Smallcells/ Femtocells*; e ainda -----

----- Que para este projeto é determinante o papel do Município de Figueira Castelo Rodrigo, nomeadamente no que respeita à promoção das condições necessárias ao seu desenvolvimento, beneficiando o interesse público e a dinamização da economia digital e da sociedade da informação, que constituem objetivos estratégicos da Agenda Digital do Governo e da União Europeia; -----

----- **Proponho que se aprove a minuta do Protocolo a celebrar com a Vodafone o assunto em epígrafe ao abrigo do n.º 3, do artigo 35.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

----- **PROPOSTA N.º 165/2015 – PCM/MANDATO 2013-2017 - Bolsas de Estudo – Constituição de Júri;**-----

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta N.º166/2015 – PCM/MANDATO 2013-2017, referente às Bolsas de Estudo – Constituição de Júri, que a seguir se transcreve:-----

----- Considerando que a Atribuição de Bolsas de Estudo carece de constituição do Júri do Concurso conforme disposto no artigoº 8º do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo;---

----- **Assim, propõe-se que o Júri do Concurso de Atribuição de Bolsas de Estudo tenha a seguinte constituição:** -----

----- Paulo José Gomes Langrouva; -----

----- Nelson Rebolho Bolota; -----

----- Maria Manuela Midões; -----

----- António José Lourenço Quadrado. -----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

----- **Proposta n.º 167/2015/PCM/mandato 2013-2017 – Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Álvaro Pereira e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º**

**do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de Novembro.** -----

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta N.º167/2015 – PCM/MANDATO 2013-2017, referente à Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Álvaro Pereira e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de Novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 168/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Rui Miguel Marques Inácio e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.**-----

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta N.º168/2015 – PCM/MANDATO 2013-2017, referente à Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Rui Miguel Marques Inácio e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de Novembro.-----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 169/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de João Gonçalves Merouço e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.**-----

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta N.º168/2015 – PCM/MANDATO 2013-2017, referente à Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de João Gonçalves Merouço e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 170/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de José Luís Gin Guerra e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.**-----

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 170/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 -

Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de José Luís Gin Guerra e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes. -----

**----- Proposta n.º 171/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Sociedade Agrícola Gin Gerra, Lda e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 171/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Sociedade Agrícola Gin Gerra, Lda e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes. -----

**----- Proposta n.º 172/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Casa Agrícola de António Rabaça Roque e Filhos, Lda e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. --**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 172/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Casa Agrícola de António Rabaça Roque e Filhos, Lda e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes. -----

**----- Proposta n.º 173/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de José Manuel Lourenço Felizio e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 173/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de José Manuel Lourenço Felizio e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 174/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Maria de Fátima dos Santos Carneiro Tondela e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 174/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Maria de Fátima dos Santos Carneiro Tondela e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 175/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Virgínia do Carmo Guerra Nunes Vicente e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 175/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Virgínia do Carmo Guerra Nunes Vicente e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 176/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de António Ribeiro Fernandes e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 176/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de António Ribeiro Fernandes e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

----- **Proposta n.º 177/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Paulo Jorge Gomes Fonseca e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.**-----

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 177/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Paulo Jorge Gomes Fonseca e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

----- **Proposta n.º 178/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de António Pinto Besteiro Caçote e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.**-----

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 178/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de António Pinto Besteiro Caçote e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

----- **Proposta n.º 179/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Mário Moreira Marques e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.**-----

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 179/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Mário Moreira Marques e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

----- **Proposta n.º 180/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Luis Filipe Marques Guerra e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.**-----

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 180/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Luis Filipe Marques Guerra e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 181/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Ilídio Gonçalves Marques e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 181/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Ilídio Gonçalves Marques e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 182/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Fernando Carneiro Correia e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 182/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Fernando Carneiro Correia e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 183/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Lucília do Anjos Gomes Correia Concha e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 183/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Lucília do Anjos Gomes Correia Concha e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5

de novembro. -----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes. -----

----- **Proposta n.º 184/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Maria Adelaide Correia Gomes Quadrado e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.** -----

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 184/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Maria Adelaide Correia Gomes Quadrado e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes. -----

----- **Proposta n.º 185/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Carla Cristina Tiago Dias Maia e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.** -----

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 185/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Carla Cristina Tiago Dias Maia e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes. -----

----- **Proposta n.º 186/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Maria do Rosário Guerra Dias Lameiras e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.** -----

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 186/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Maria do Rosário Guerra Dias Lameiras e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 187/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Jesuíno Almeida Rodrigues e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 187/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Jesuíno Almeida Rodrigues e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 188/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Álvaro Morgado Rua e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 188/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Álvaro Morgado Rua e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 189/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de José do Nascimento Amaral Domingos e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 189/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de José do Nascimento Amaral Domingos e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**-----Proposta n.º 190/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Maria Amélia do nascimento Antunes Sampaio e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----**

-----Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 190/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Maria Amélia do nascimento Antunes Sampaio e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes. -----

**-----Proposta n.º 191/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de André Filipe Rocha Soares e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 191/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de André Filipe Rocha Soares e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes. -----

**-----Proposta n.º 192/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de António Joaquim Moreirão Martins e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 192/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de António Joaquim Moreirão Martins e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes. -----

**-----Proposta n.º 193/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de**

**Carlos Alberto Santos Tondela e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 193/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Carlos Alberto Santos Tondela e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 194/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Justino Nunes Martins e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 194/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Justino Nunes Martins e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 195/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Aurélio Quadrado Gabriel e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 195/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Aurélio Quadrado Gabriel e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 196/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Justino do Carmo Amaral Vicente e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 196/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na

regularização da atividade pecuária de Justino do Carmo Amaral Vicente e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**-----Proposta n.º 197/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Carlos Alberto Panta Ferreira e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

-----Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 197/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Carlos Alberto Panta Ferreira e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**-----Proposta n.º 198/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Eusébio Álvaro Besteiro e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

-----Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 198/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Eusébio Álvaro Besteiro e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**-----Proposta n.º 199/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Antonio Júlio Correia Morgado e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

-----Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 199/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de António Júlio Correia Morgado e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 200/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de CC Herança de João Paulo de Almeida Roque e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 200/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de CC Herança de João Paulo de Almeida Roque e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 201/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Maria Elisa Rebelo Pereira Martins e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 201/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Maria Elisa Rebelo Pereira Martins e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 202/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de João Espinha Ferreira e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 202/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de João Espinha Ferreira e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 203/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Ana**

**Cristina Almeida Fresta Castelo e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----**

-----Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 203/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Ana Cristina Almeida Fresta Castelo e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**-----Proposta n.º 204/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Francisco Paulo Lopes Vitorino e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----**

-----Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 204/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Francisco Paulo Lopes Vitorino e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**-----Proposta n.º 205/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de José Aguilar Almeida e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----**

-----Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 205/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de José Aguilar Almeida e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**-----Proposta n.º 206/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Ovialeixo Unipessoal, Lda e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----**

-----Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 206/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na

regularização da atividade pecuária de Ovialeixo Unipessoal, Lda e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 207/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de António João Santos Farias e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 207/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de António João Santos Farias e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º208/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Maria da Conceição Machado Eleutério Marcelino e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. ---**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º208/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Maria da Conceição Machado Eleutério Marcelino e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 209/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Agro Varelas & Silva Sag, Lda e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 209/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Agro Varelas & Silva Sag, Lda e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**-----Proposta n.º 210/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Maria Alice Moreira Martins Quadrado e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

-----Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 210/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Maria Alice Moreira Martins Quadrado e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**-----Proposta n.º 211/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Neutriloft, Lda e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

-----Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 211/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Neutriloft, Lda e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----

-----A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**-----Proposta n.º 212/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Aires Ferraz Barroco e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

-----Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 212/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Aires Ferraz Barroco e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 213/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de José Joaquim Valente Aleixo e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 213/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de José Joaquim Valente Aleixo e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 214/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Anibal Augusto Monteiro Lobão e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 214/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Anibal Augusto Monteiro Lobão e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 215/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Maria de Lurdes dos Santos Barros Coelho e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 215/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Maria de Lurdes dos Santos Barros Coelho e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 216/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de**

**Maria de Nazaré Nunes Martins de Sousa e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----**

-----Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 216/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Maria de Nazaré Nunes Martins de Sousa e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes. -----

**-----Proposta n.º 217/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Tomás Monteiro Gouveia e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----**

-----Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 217/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Tomás Monteiro Gouveia e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes. -----

**-----Proposta n.º 218/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Luís Alberto Gomes Fonseca e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----**

-----Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 218/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Luís Alberto Gomes Fonseca e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes. -----

**-----Proposta n.º 219/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Amélia de Jesus Dias da Cruz e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----**

-----Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 219/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 -

Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Amélia de Jesus Dias da Cruz e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 220/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Maria Albertina Morgado de Aguiar Belo e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 220/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Maria Albertina Morgado de Aguiar Belo e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 221/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Armindo Besteiro Soares e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 221/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Armindo Besteiro Soares e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 222/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de António César Gonçalves Lameiras e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 222/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de António César Gonçalves Lameiras e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

-----A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**-----Proposta n.º 223/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Maria de Fátima Almeida Carneiro Monteiro e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

-----Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 223/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Maria de Fátima Almeida Carneiro Monteiro e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**-----Proposta n.º 224/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Sebastião Monteiro de Andrade e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

-----Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 224/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Sebastião Monteiro de Andrade e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**-----Proposta n.º 225/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de João Manuel Saraiva Ribeiro e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

-----Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 225/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de João Manuel Saraiva Ribeiro e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 226/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Manuel António Dias Morgado e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 226/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Manuel António Dias Morgado e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 227/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Regina Maria Almeida Bandarra e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 227/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Regina Maria Almeida Bandarra e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 228/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Marco Paulo Santos Amador e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 228/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Marco Paulo Santos Amador e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 229/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Nelson Orlando Costa Nunes e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

-----Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 229/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Nelson Orlando Costa Nunes e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

-----A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**-----Proposta n.º 230/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Isabel Cristina Lage da Silva Marques e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

-----Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 230/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Isabel Cristina Lage da Silva Marques e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**-----Proposta n.º 231/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de José Luís Pinto Rodrigues e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

-----Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 231/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de José Luís Pinto Rodrigues e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**-----Proposta n.º 232/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Alvide António Félix Urbano e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

-----Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 232/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Alvide António Félix Urbano e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 233/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Manadeiros Sociedade Agrícola, Lda e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 233/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Manadeiros Sociedade Agrícola, Lda e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 234/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Maria da Conceição Moutinho dos Santos Martins e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. ---**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 234/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Maria da Conceição Moutinho dos Santos Martins e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 235/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Maria Celeste Martins Simão Correia e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 235/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Maria Celeste Martins Simão Correia e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**-----Proposta n.º 236/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Fausto de Jesus Correia e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

-----Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 236/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Fausto de Jesus Correia e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes-----

**----- Proposta n.º 237/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Liliana Andreia Marques Nunes e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----**

-----Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 237/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Liliana Andreia Marques Nunes e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 238/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Maria Emília Gomes Barbas Lourenço e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----**

-----Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 238/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Maria Emília Gomes Barbas Lourenço e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 239/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de João Nunes Valente e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º**

**do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 239/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de João Nunes Valente e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 240/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de João Paulo Santos Carvalho e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 240/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de João Paulo Santos Carvalho e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 241/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Eduardo Gonçalves Marcos e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 241/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Eduardo Gonçalves Marcos e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----\

**----- Proposta n.º 242/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de AgroMarcos & Machorro, Lda e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 242/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de AgroMarcos & Machorro, Lda e consequente submissão à

Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 243/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Maria de Lurdes Morgado Mata da Silva e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

-----Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 243/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Maria de Lurdes Morgado Mata da Silva e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 244/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Sandra Maria Almeida Vicente Ribeiro e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

-----Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 244/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Sandra Maria Almeida Vicente Ribeiro e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 245/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Maria de Fátima Morgado Rebelo Urbano e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

-----Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 245/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Maria de Fátima Morgado Rebelo Urbano e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

----- **Proposta n.º 246/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Maria Alice Ferreira da Costa e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.** -----

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 246/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Maria Alice Ferreira da Costa e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

----- **Proposta n.º 247/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Maria Rosa Oliveira Lourenço Sequeira e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.**-----

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 247/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Maria Rosa Oliveira Lourenço Sequeira e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

----- **Proposta n.º 248/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Almerinda Soares Rocha Fareleira e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.** -----

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 248/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Almerinda Soares Rocha Fareleira e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

----- **Proposta n.º 249/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada**

**de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Laura Maria Pereira Quadrado e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----**

-----Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 249/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Laura Maria Pereira Quadrado e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 250/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Maria da Conceição Vicente Gomes e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----**

-----Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 250/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Maria da Conceição Vicente Gomes e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 251/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de João Paulo Espinha dos Santos e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

-----Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 251/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de João Paulo Espinha dos Santos e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 252/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de António Amaro Gouveia Quadrado e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----**

-----Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 252/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 -

Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de António Amaro Gouveia Quadrado e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 253/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Guilhermina Adelaide Marques Fonseca Azevedo e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. ---**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 253/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Guilhermina Adelaide Marques Fonseca Azevedo e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 254/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Vítor Dário Risueño Vieira e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 254/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Vítor Dário Risueño Vieira e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 255/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de César Gonçalves Maia e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 255/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de César Gonçalves Maia e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro. -----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 256/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de António Carlos Maio Pires e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

-----Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 256/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de António Carlos Maio Pires e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 257/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Francisco José Paiva Gonçalves e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

-----Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 257/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Francisco José Paiva Gonçalves e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

-----A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 258/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade industrial de João António Amaral Rodrigues e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.-----**

-----Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 258/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade industrial de João António Amaral Rodrigues e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

-----A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- Proposta n.º 259/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Vítor**

**Manuel Lousas Sousa e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.**-----

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a Proposta n.º 259/2015/PCM/mandato 2013 - 2017 - Proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização da atividade pecuária de Vítor Manuel Lousas Sousa e consequente submissão à Assembleia Municipal, nos termos do n.º4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**----- 26.ª Alteração ao Orçamento e 23.ª Alteração às A. M. R. – Atividades Mais relevantes.**

----- Pelo Sr.º Presidente foi presente à Câmara a 26.ª Alteração ao Orçamento e 23.ª Alteração às A. M. R. – Atividades Mais relevantes. -----

----- A Câmara, depois de analisar a presente proposta, deliberou a sua aprovação por unanimidade de votos dos membros presentes.-----

**-----Outros Assuntos-----**

----- Tomou a palavra o Sr.º Presidente para dar a palavra ao público presente.-----

----- Tomou a palavra a Sr.ª Lurdes Pereira, para dizer que o público não vem assistir às reuniões de Câmara só para ouvir as conversas, pois pensa que os senhores vereadores devem dizer a mesma coisa se o público não está presente. De seguida questionou o Sr.º Presidente, o porquê da Figueira S.O.S. ainda não ter sido autorizada a mudar de instalações, uma vez que esta tem um contrato de comodato assinado desde o mês de maio. Ainda não conseguiram obter as chaves do espaço para se poderem mudar... Disse ainda que esta mesma instituição carece de algumas dificuldades financeiras. Pediu se pelo menos poderiam mudar a parte dos escritórios pois era fundamental uma vez que pagam uma renda mensal de valor significativo. Sabe que a parte da cozinha é mais difícil de se mudar mas pelo menos mudar os escritórios! -----

----- Tomou a palavra o Sr.º Presidente para responder à Sr.ª Lurdes Pereira, disse que não fazia sentido estarem a mudar só a parte dos escritórios e depois mudarem a restante logística inerente à instituição. Neste momento já começaram as obras e a cozinha em princípio estará pronta no mês de janeiro. Existem problemas de impermeabilização que têm que ser resolvidos. Neste sentido o Sr.º Presidente explica que não faz sentido uma instituição mudar-se para um sítio onde chove e onde não existem condições para esta estar instalada.-----

----- A Sr.ª Lurdes questionou o Sr.º Presidente se o edifício está fechado?-----

----- O Sr.º Presidente disse que existe um curso de formação, que foi solicitado pelo I.E.E.P., mas só estão em determinados dias, devido ao incómodo e barulho que existe por causa das obras que estão a decorrer. -----

----- Questionou ainda a Sr.<sup>a</sup> Lurdes Pereira ao Sr.<sup>o</sup> Presidente se o contrato que a Instituição tem vai perlongar-se?-----

----- O Sr.<sup>o</sup> Presidente disse que não, que este contrato é para se manter.-----

----- Tomou a palavra a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Dr.<sup>a</sup> Sandra para questionar o Sr.<sup>o</sup> Presidente se os gabinetes vão ser intervencionados? E Se existe algum que não chove, e uma vez que a instituição está a pagar uma renda elevada, e também não precisam de um espaço muito grande, porque é que pelo menos o gabinete não podem mudar?-----

----- O Sr.<sup>o</sup> Presidente disse que o edifício vai ter que ser todo intervencionado, a cozinha que tem que ser toda remodelada (tubagens e canalização), e chove em quase todo o edifício.-----

----- Neste momento o Sr.<sup>o</sup> Presidente e a Sr.<sup>a</sup> Lurdes trocam argumentos e palavras, ainda sobre este assunto.-----

----- **Resumo Diário da Tesouraria do dia vinte e sete de novembro de 2015.**-----

----- Pelo Sr. Presidente foi presente à Câmara o Resumo Diário da Tesouraria do dia doze de novembro de 2015.-----

----- Operações Orçamentais: 693.694.33 € (seiscentos e noventa e três mil, seiscentos e noventa e quatro euros e trinta e três cêntimos).-----

----- Operações não Orçamentais: 97.772.60 € (noventa e sete mil, setecentos e setenta e dois euros e sessenta cêntimo).-----

----- A Câmara tomou conhecimento da presente informação.-----

----- **Aprovação da ata em minuta**-----

----- A Câmara, deliberou por unanimidade de votos dos membros presentes, que fosse esta ata aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro.

----- **Encerramento**-----

----- Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, quando eram doze horas e dez minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim, Liliana Freitas Fareleira Rebelo, Assistente Técnica deste Município, que a secretariei e redigi, e pelo Senhor Presidente da Câmara, Dr. Paulo José Gomes Langrouva.-----